

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo
Romão Avila Milhan Junior
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****RESOLUÇÃO Nº 23/2023-PGJ, DE 29 DE MAIO DE 2023.**

Unifica e atualiza o sistema de plantão dos membros do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul consoante as diretrizes fixadas pelo Conselho Nacional do Ministério Público, e dá outras providências.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 7º da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e art. 10 da Lei Federal nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, ouvido o Colégio de Procuradores de Justiça,

CONSIDERANDO a necessidade de unificação e atualização das normas já existentes acerca do sistema de plantão no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul;

CONSIDERANDO que a compensação dos períodos dedicados ao plantão revela-se a melhor maneira de, evitando-se a imposição de trabalho fora do expediente regular, manter a organização e a estrutura do Ministério Público e a adequada prestação de suas atividades;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar o atendimento de casos urgentes que demandem apoio ou intervenção do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer tratamento isonômico entre os órgãos de execução do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul;

CONSIDERANDO que atende ao interesse público a otimização dos serviços, a racionalização das atividades e a participação equânime no plantão de todos os membros do Ministério Público que oficiam junto ao Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul; e

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 155, de 13 de dezembro de 2016, do Conselho Nacional do Ministério Público, que fixa as diretrizes para a organização e funcionamento do regime de plantão ministerial nas unidades do Ministério Público da União e dos Ministérios Públicos dos Estados,

RESOLVE:

CAPÍTULO I**DA ORGANIZAÇÃO DOS PLANTÕES**

Art. 1º O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS) funcionará em regime de plantão permanente, para atendimento das matérias urgentes, aos sábados, domingos, feriados, nos dias em que não houver expediente normal e, nos dias úteis, durante o período não compreendido pelo expediente normal da instituição, na forma desta Resolução.

Art. 2º Para fins desta Resolução, considera-se:

- I – plantão integrado: plantão do MPMS cujas escalas contemplam o período de 7 de janeiro a 19 de dezembro;
- II – plantão do feriado forense: plantão do MPMS cuja escala contempla o período do feriado forense, compreendido entre 20 de dezembro e 6 de janeiro;
- III – plantão extraordinário: outras atividades realizadas em regime de plantão, mediante designação específica, na forma desta Resolução;
- IV – plantonista: membro do MPMS escalado ou designado para laborar em regime de plantão.

Art. 3º Os plantões integrado e do feriado forense do MPMS são compostos pelas seguintes unidades:

- I – Administração Superior do MPMS;
- II – Procuradorias de Justiça;
- III – Promotorias de Justiça de Campo Grande, Dourados, Três Lagoas e Corumbá;
- IV – demais Promotorias de Justiça.



CAPÍTULO II

Do PLANTÃO INTEGRADO

Seção I

Da Administração Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Art. 4º O plantão integrado no âmbito da Administração Superior do MPMS funcionará diariamente, de segunda-feira a segunda-feira.

§ 1º O plantão no âmbito da Administração Superior do MPMS funcionará ininterruptamente, aos sábados, domingos e feriados, nos dias em que não houver expediente forense e nos dias úteis das 19h01min às 11h59min, em regime de sobreaviso, para atender aos casos urgentes que reclamem intervenção ou apoio imediatos da Administração Superior.

§ 2º Nos fins de semana e feriados, o plantão terá início às 19h01min do último dia útil, encerrando-se às 11h59min do primeiro dia útil subsequente.

Art. 5º O plantão da Administração Superior do MPMS abrangerá as seguintes escalas:

I – Procuradoria-Geral de Justiça: integrada pelo Procurador-Geral de Justiça e pelos Procuradores-Gerais Adjuntos de Justiça;

II – apoio da Procuradoria-Geral de Justiça integrado pelos Promotores de Justiça designados para:

- a) a Assessoria Especial, com prejuízo das funções;
- b) a Chefia de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça;
- c) a Secretaria-Geral; e
- d) o Centro de Pesquisa, Análise, Difusão e Segurança da Informação (CI);

III – apoio da Procuradoria-Geral de Justiça integrado pelos Promotores de Justiça designados para:

- a) a Assessoria Especial, sem prejuízo das funções;
- b) os núcleos dos Centros de Apoio Operacional; e
- c) o Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial (GACEP);

IV – Corregedoria-Geral do Ministério Público: integrada conforme ato elaborado e publicado pelo Corregedor-Geral.

§ 1º O membro do MPMS agregado à Administração Superior sem prejuízo de suas funções deverá optar por integrar a escala desta ou do seu respectivo órgão de execução.

§ 2º O Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado (GAECO) e os demais grupos especiais de atuação instituídos pela Administração Superior elaborarão suas próprias escalas de plantão para o atendimento de suas demandas emergenciais específicas.

§ 3º As escalas de plantão da Administração Superior do MPMS serão elaboradas e publicadas pela Procuradoria-Geral de Justiça, ressalvada a escala a que se refere o inciso IV deste artigo.

§ 4º Nos feriados alusivos ao carnaval ou em outros que contemplem uma sequência de quatro dias ou mais, poderão ser designados mais de um membro do MPMS para o mesmo período de plantão.

Seção II

Das Procuradorias de Justiça

Art. 6º O plantão integrado no âmbito das Procuradorias de Justiça do MPMS funcionará diariamente, de segunda-feira a segunda-feira.

§ 1º O plantão permanente no âmbito das Procuradorias de Justiça funcionará ininterruptamente, aos sábados, domingos, feriados, nos dias em que não houver expediente forense e nos dias úteis das 19h01min às 11h59min, em regime de sobreaviso, para atender aos casos urgentes que reclamem intervenção ou apoio imediatos em segundo grau de jurisdição.

§ 2º Nos fins de semana ou feriados, o plantão terá início às 19h01min do último dia útil, encerrando-se às 11h59min do primeiro dia útil subsequente.

Art. 7º O plantão semanal das Procuradorias de Justiça abrangerá as matérias criminal, cível e de interesses difusos e coletivos, cada qual integrada por 1 (um) Procurador de Justiça, independentemente de sua área de atuação e em sistema de rodízio, conforme escala equitativa elaborada e publicada pelo Procurador-Geral de Justiça, observando-se a escala de férias.



§ 1º A elaboração da escala do plantão observará a ordem das matérias descritas no *caput* deste artigo, iniciando-se pelo Procurador de Justiça mais antigo até o mais moderno, considerando-se, para o ano subsequente, a prioridade dos eventuais remanescentes da lista.

§ 2º Havendo consenso entre Procuradores de Justiça, poderá haver permuta de posição na escala, com a devida comunicação à Procuradoria-Geral de Justiça.

Seção III

Das Promotorias de Justiça de Campo Grande, Dourados, Três Lagoas e Corumbá

Art. 8º O plantão integrado no âmbito das Promotorias de Justiça de Campo Grande, Dourados, Três Lagoas e Corumbá funcionará diariamente, de segunda-feira a segunda-feira.

§ 1º O plantão no âmbito das comarcas de Campo Grande, Dourados, Três Lagoas e Corumbá funcionará ininterruptamente, aos sábados, domingos, feriados e nos dias em que não houver expediente forense, e terá início às 19h01min do último dia útil, encerrando-se às 11h59min do primeiro dia útil subsequente, e nos dias úteis das 19h01min às 11h59min, em regime de sobreaviso, para atender a todos os casos urgentes do plantão judiciário e aqueles relacionados com a atuação ministerial que não possam aguardar o expediente do primeiro dia útil subsequente.

§ 2º Sem prejuízo da atuação dos respectivos Promotores de Justiça plantonistas nas audiências de custódia na comarca de Campo Grande, o início do interstício de plantão será às segundas-feiras, às 19h01min.

Art. 9º Aos Promotores de Justiça designados para o plantão compete:

I – receber as comunicações de prisão em flagrante delito, bem como as de apreensão em flagrante ato infracional, adotando as medidas cabíveis em caso de constatação de irregularidade ou ilegalidade;

II – requerer prisão temporária ou preventiva, busca e apreensão ou outra medida cautelar patrimonial, de ofício ou mediante representação;

III – oficiar nos pedidos de relaxamento de prisão em flagrante, temporária ou preventiva e nos pedidos de liberdade provisória, ou requerê-los de ofício, nos termos da legislação processual vigente;

IV – manifestar-se em *habeas corpus*;

V – oficiar nas medidas urgentes de que trata a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, ou requerê-las de ofício;

VI – requerer as medidas urgentes de que trata a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, de ofício ou mediante representação;

VII – oficiar nos procedimentos em que lhe for aberta vista pelo Juiz de plantão, realizar diligências e promover medidas, desde que as repare de caráter urgente e o ato ou fato configure desrespeito à ordem jurídica, ao regime democrático ou aos interesses sociais e individuais indisponíveis, obedecidas as atribuições institucionais do Ministério Público;

VIII – realizar o atendimento da infância e da juventude e de outras áreas em que a atuação jurisdicional e do Ministério Público sejam legalmente inadiáveis.

§ 1º Ao receber os autos com vista, o Promotor de Justiça plantonista poderá deixar de exarar parecer, caso entenda inexistir interesse público, devendo, contudo, se manifestar de forma fundamentada, demonstrando não se tratar de hipótese que necessite da intervenção do Ministério Público.

§ 2º Os inquéritos policiais de indiciados presos, quando esgotado o prazo legal para a conclusão para a autoridade policial, deverão ser recebidos pelo Promotor de Justiça plantonista, que verificará a necessidade ou não de pronta atuação do Ministério Público e, em reputando esta desnecessária, o que deverá ser registrado por meio de manifestação fundamentada nos autos do inquérito, o feito deverá ser encaminhado para distribuição no primeiro dia útil seguinte.

§ 3º Com o recebimento da comunicação de apreensão de adolescente infrator, competem ao plantonista as medidas descritas no art. 179 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) caso não seja possível a respectiva apresentação no horário regular de expediente ao Promotor de Justiça natural no prazo de 24 horas (art. 175, § 1º, do ECA), sem prejuízo da adoção de medidas que repare inadiáveis.

§ 4º Todos os atendimentos efetuados pelo Promotor de Justiça plantonista e as ocorrências verificadas no plantão deverão ser registrados em livro próprio, admitindo-se a substituição do livro por sistema informatizado de controle, quando disponibilizado pelo setor de tecnologia da informação.

§ 5º Caberá ao Supervisor das Promotorias de Justiça Criminais remeter à Corregedoria-Geral do Ministério Público, até o 10º (décimo) dia do mês subsequente, em arquivo digitalizado, os registros e as ocorrências constantes do livro ou do sistema informatizado de que trata o § 4º.



Art. 10. Os Promotores de Justiça plantonistas designados portarão aparelho celular do Ministério Público durante o plantão, sendo responsáveis pelo seu ininterrupto funcionamento.

Parágrafo único. Ao término dos serviços do plantão, o Promotor de Justiça plantonista deverá entregar ao plantonista subsequente o telefone celular do plantão e os registros de que trata o § 4º do art. 9º desta Resolução.

Art. 11. Atuação no plantão, mediante escala semanal, todos os membros do Ministério Público lotados em Campo Grande, Dourados, Três Lagoas e Corumbá, bem como os designados para o exercício das funções nessas comarcas, exceto os designados para:

I – atuação, com prejuízo de suas funções, em segunda instância;

II – com prejuízo de suas funções, desempenhar funções de confiança e assessoramento junto aos órgãos da Administração Superior;

III – atuação na Justiça Eleitoral durante os dias das eleições;

IV – atuação no GAECO, com prejuízo de suas funções.

Parágrafo único. Cessada qualquer das causas referidas nos incisos deste artigo, o Promotor de Justiça será incluído na escala de plantão do ano em curso, de acordo com a sua antiguidade na lista.

Art. 12. Para cada período de plantão nas comarcas de:

a) Campo Grande, serão designados 3 (três) Promotores de Justiça, um a responder pela matéria criminal, um pela matéria cível e um pela matéria especializada; e

b) Dourados, serão designados 2 (dois) Promotores de Justiça, um a responder pela matéria criminal e um pelas matérias cível e especializada.

§ 1º Na comarca de Campo Grande, será designado um Promotor de Justiça adicional para auxiliar o plantonista nas audiências de custódia sempre que houver feriados prolongados.

§ 2º Poderá ser designado Promotor de Justiça para realizar as audiências de atribuição do plantonista, quando houver concomitância de horários com as audiências relativas ao plantão permanente.

Art. 13. O plantão permanente das Promotorias de Justiça de Campo Grande e Dourados será integrado, com participação igualitária dos respectivos Promotores de Justiça, em sistema de rodízio, iniciando-se pelo Promotor de Justiça mais antigo até o mais moderno na entrância, independentemente da área de atuação, levando-se em consideração a data de assunção das funções na comarca para aqueles que atuam por designação, observando-se, na ordem de elaboração da lista, respectivamente, as matérias mencionadas no art. 12 desta Resolução.

§ 1º O Promotor de Justiça, assim que assumir as funções na comarca de Campo Grande, concorrerá para o plantão ingressando em último lugar na escala.

§ 2º Havendo consenso entre Promotores de Justiça, poderá haver permuta de posição na escala, com a devida comunicação à Procuradoria-Geral de Justiça.

§ 3º Aplica-se o disposto no § 2º deste artigo no caso de férias ou licenças do Promotor de Justiça no período em que foi designado para o plantão.

Art. 14. A escala de plantão de Campo Grande e de Dourados será elaborada anualmente pela Procuradoria-Geral de Justiça, observando-se a escala de férias, e publicada até o último dia útil do mês antecedente ao início da escala, dando-se ciência à Corregedoria-Geral do Ministério Público.

Parágrafo único. A Procuradoria-Geral de Justiça divulgará, a cada mês, na página oficial do Ministério Público na internet, a escala mensal de plantão, indicando o número de telefone por meio do qual o servidor e o Promotor de Justiça plantonista poderão ser localizados.

Art. 15. O Promotor de Justiça escalado para o plantão que, injustificadamente, não for localizado, inviabilizando dessa forma o competente atendimento, incorrerá em infração disciplinar, a ser apurada na forma da lei.

Art. 16. Encerrado o expediente do plantão, no dia útil subsequente, o Promotor de Justiça, por si ou por meio do servidor responsável, encaminhará:

I – à respectiva Promotoria de Justiça cópia das manifestações, para fins de cadastro nos sistemas de registro de acompanhamento processual; ou

II - à Central de Inquéritos Policiais (CIP) os inquéritos, procedimentos e/ou papéis, para o devido registro e livre distribuição.



Art. 17. Nas comarcas de Três Lagoas e Corumbá, o Supervisor com maior antiguidade na carreira fica incumbido de elaborar a escala única de plantão e encaminhá-la à publicação, observada a ordem de antiguidade na entrância, admitindo-se a instituição de escala em separado para os feriados prolongados e o início do interstício de plantão às quartas-feiras.

Seção IV

Das Demais Promotorias de Justiça

Art. 18. O plantão integrado no âmbito das demais Promotorias de Justiça funcionará diariamente, de segunda-feira a segunda-feira.

§ 1º O plantão no âmbito das demais Promotorias de Justiça funcionará ininterruptamente, aos sábados, domingos, feriados e nos dias em que não houver expediente forense, e terá início às 19h01min do último dia útil, encerrando-se às 11h59min do primeiro dia útil subsequente, e nos dias úteis das 19h01min às 11h59min, em regime de sobreaviso, para atender a todos os casos urgentes do plantão judiciário e aqueles relacionados com a atuação ministerial que não possam aguardar o expediente do primeiro dia útil subsequente.

§ 2º Nos dias úteis, após o encerramento do expediente forense, o plantão ficará a cargo do membro do Ministério Público da respectiva comarca, ou do seu substituto legal, na falta daquele.

Art. 19. Aos Promotores de Justiça designados para o plantão compete:

I – receber as comunicações de prisão em flagrante delito, bem como as de apreensão em flagrante ato infracional, adotando as medidas cabíveis em caso de constatação de irregularidade ou ilegalidade;

II – requerer prisão temporária ou preventiva, busca e apreensão ou outra medida cautelar patrimonial, de ofício ou mediante representação;

III – oficiar nos pedidos de relaxamento de prisão em flagrante, temporária ou preventiva e nos pedidos de liberdade provisória, ou requerê-los de ofício, nos termos da legislação processual vigente;

IV – manifestar-se em *habeas corpus*;

V – oficiar nas medidas urgentes de que trata a Lei nº 11.340/2006, ou requerê-las de ofício;

VI – requerer as medidas urgentes de que trata a Lei nº 9.296/1996, de ofício ou mediante representação;

VII – oficiar nos procedimentos em que lhe for aberta vista pelo Juiz de plantão, realizar diligências e promover medidas, desde que as reputa de caráter urgente e o ato ou fato configure desrespeito à ordem jurídica, ao regime democrático ou aos interesses sociais e individuais indisponíveis, obedecidas as atribuições institucionais do Ministério Público; e

VIII – realizar o atendimento da infância e da juventude e de outras áreas em que a atuação jurisdicional e do Ministério Público sejam legalmente inadiáveis.

§ 1º Ao receber os autos com vista, o Promotor de Justiça plantonista poderá deixar de exarar parecer, caso entenda inexistir interesse público, devendo, contudo, se manifestar de forma fundamentada, demonstrando não se tratar de hipótese que necessite da intervenção do Ministério Público.

§ 2º Os inquéritos policiais de indiciados presos, quando esgotado o prazo legal para a conclusão para a autoridade policial, deverão ser recebidos pelo Promotor de Justiça plantonista, que verificará a necessidade ou não da pronta atuação do Ministério Público e, em reputando esta desnecessária, o que deverá ser registrado por meio de manifestação fundamentada nos autos do inquérito, o feito deverá ser encaminhado para distribuição no primeiro dia útil seguinte.

§ 3º Em cada comarca, haverá um livro de registro de atendimento do plantão, onde deverão ser registrados todos os atendimentos e ocorrências verificados durante o plantão pelos Promotores de Justiça daquela localidade, admitindo-se a substituição do livro por sistema informatizado de controle, quando disponibilizado pelo setor de tecnologia da informação.

§ 4º Caberá ao Promotor de Justiça da comarca ou, havendo nesta mais de um membro do Ministério Público, ao Promotor de Justiça mais antigo, remeter à Corregedoria-Geral do Ministério Público, até o 10º (décimo) dia do mês subsequente, por meio de arquivo digitalizado e por meio eletrônico, os registros e as ocorrências constantes do livro ou do sistema informatizado de que trata o § 3º.

Art. 20. Os Promotores de Justiça plantonistas designados portarão aparelho celular durante o plantão, sendo responsáveis pelo seu ininterrupto funcionamento.

Art. 21. O plantão será cumprido por região, de acordo com o Anexo Único desta Resolução, observada a escala organizada pelos Promotores de Justiça da respectiva região.



Parágrafo único. Em cada região, será indicado um Promotor de Justiça responsável pelo plantão, que responderá por todas as áreas de atuação institucional.

Art. 22. A escala de plantão será elaborada semestralmente pelo Promotor de Justiça mais antigo na região e, no caso de empate, pelo mais idoso, sempre em consenso com os demais Promotores de Justiça da respectiva região.

Art. 23. A escala de plantão de cada região deverá ser remetida ao Procurador-Geral de Justiça e à Corregedoria-Geral do Ministério Público, até os dias 30 de novembro e 31 de maio de cada ano.

Parágrafo único. As eventuais alterações na escala de plantão deverão ser comunicadas *incontinenti* pelo Promotor de Justiça responsável pela sua elaboração à Procuradoria-Geral de Justiça e à Corregedoria-Geral do Ministério Público.

Art. 24. A Procuradoria-Geral de Justiça divulgará, a cada mês, na página oficial do Ministério Público na internet, a escala mensal de plantão, indicando o número de telefone por meio do qual o Promotor de Justiça plantonista poderá ser localizado.

Art. 25. A escala mensal de plantão deverá ser divulgada aos servidores de plantão do Poder Judiciário, aos integrantes das Polícias Civil, Militar e Federal, ao representante da Ordem dos Advogados do Brasil e do Conselho Tutelar, e outros interessados, pelos Promotores de Justiça nas respectivas comarcas.

Art. 26. O Promotor de Justiça escalado para o plantão que, injustificadamente, não for localizado, inviabilizando dessa forma o competente atendimento, incorrerá em infração disciplinar, a ser apurada na forma da lei.

Art. 27. Encerrado o expediente do plantão, no dia útil subsequente o Promotor de Justiça por si ou por meio do servidor responsável, encaminhará à respectiva Promotoria de Justiça cópia das manifestações para fins de cadastro nos sistemas de registro de acompanhamento processual.

CAPÍTULO III

DO PLANTÃO DO FERIADO FORENSE

Art. 28. O plantão do feriado forense funcionará ininterruptamente no período de 20 de dezembro a 6 de janeiro de cada ano, nos termos da Resolução nº 38/2021-PGJ, de 8 de setembro de 2021.

CAPÍTULO IV

DO PLANTÃO EXTRAORDINÁRIO

Art. 29. Considera-se plantão extraordinário, para fins desta Resolução, a participação dos membros do MPMS:

- I – na aplicação e fiscalização de provas em processos seletivos de estágio/residência ou de concursos realizados pela instituição, nos fins de semana e em feriados nacionais e estaduais, mediante designação da Administração Superior;
- II – como auxiliares dos Promotores Eleitorais, nos fins de semana, mediante indicação do Procurador-Geral de Justiça e designação do Procurador Regional Eleitoral.

Parágrafo único. Serão automaticamente lançados pela Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) os créditos do plantão extraordinário definido na forma dos incisos deste artigo.

CAPÍTULO V

DA COMPENSAÇÃO E DO USUFRUTO

Art. 30. A atuação do plantonista não acarretará o pagamento de indenização de substituição ou de diária, mas dará ensejo ao exercício de folga compensatória.

Art. 31. Os membros do MPMS que laborarem no plantão integrado farão jus a um dia e meio de compensação por dia de plantão realizado, com exceção dos plantões extraordinários previstos no art. 29 desta Resolução, cuja compensação será de um dia por dia de plantão realizado.

§ 1º A aquisição de folga compensatória pelo trabalho realizado em regime de plantão integrado é limitada a 30 (trinta) dias por ano, independentemente da quantidade de plantões realizados, excluindo-se a possibilidade de fruição ou indenização do que exceder tal período.



§ 2º A limitação do § 1º não se aplica aos dias de compensação adquiridos em razão do plantão do feriado forense e dos plantões extraordinários a que se referem os incisos I e II do art. 29 desta Resolução.

§ 3º Cabe à Secretaria de Gestão de Pessoas o registro da folga compensatória adquirida no sistema eletrônico de gestão de pessoas, a partir das escalas dos plantões elaboradas.

Art. 32. O pedido de gozo do dia em compensação pelo exercício de atividade ministerial em plantão em qualquer modalidade definida nos termos desta Resolução deve ser formulado ao Procurador-Geral de Justiça, com ciência do substituto automático, e o deferimento do período está condicionado aos critérios de conveniência e oportunidade da Administração, atendido o interesse público.

§ 1º O pedido deve ser feito com prazo mínimo de 10 (dez) dias de antecedência do período a ser usufruído.

§ 2º Somente será admitido o gozo da compensação em período no qual o substituto legal do membro pleiteante não estiver em férias, afastado por outro motivo, ou já respondendo por mais de uma Promotoria de Justiça, observando-se as diretrizes do art. 7º da Resolução nº 19/2009-PGJ, de 4 de novembro de 2009.

§ 3º A ciência do substituto automático deverá restar comprovada no pedido, sob pena de indeferimento.

Art. 33. A cada ano, poderão ser concedidos, no máximo, 16 (dezesesseis) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão integrado, vedando-se o gozo superior a 5 (cinco) dias consecutivos.

Parágrafo único. Consideram-se dias consecutivos dois períodos distintos separados por dias não úteis.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 34. Os plantonistas da Administração Superior, das Procuradorias de Justiça e das Promotorias de Justiça de Campo Grande, Dourados, Três Lagoas e Corumbá contarão com o apoio de um servidor a eles subordinados, cumprindo-lhe exercer todas as atividades de apoio inerentes à função que lhe forem incumbidas pelo membro do Ministério Público, no respectivo período de plantão.

§ 1º Aos servidores designados para o plantão compete:

I – manter contato direto com o membro plantonista, preservando consigo os números de telefone e endereços necessários à manutenção de contato com o Promotor/Procurador de Justiça plantonista;

II – executar as atividades de apoio que se fizerem necessárias, de acordo com as atribuições descritas nas Resoluções nºs 6/2012-PGJ e 7/2012-PGJ, ambas de 4 de abril de 2012, independentemente da matéria jurídica a ser apreciada;

III – manter-se em disponibilidade para se deslocar, sempre que necessário, à sede do MPMS, para realização de atendimentos, bem como para o recebimento e devolução de processos, procedimentos e demais documentos relacionados com a atividade do plantão, inclusive por meio eletrônico, fazendo imediata comunicação ao membro plantonista para deliberação e manifestação;

IV – manter em regular funcionamento o aparelho de telefonia móvel que lhe for confiado pelo Ministério Público para recebimento de chamadas durante o plantão, sem prejuízo do contato firmado por outros meios de comunicação.

§ 2º Os plantonistas indicarão no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da publicação da escala de plantão, o nome do servidor que ficará em cada período de plantão, remetendo-se as informações à SGP.

§ 3º Pelo período semanal de plantão, o servidor escalado, independentemente do cargo que ocupa, receberá a verba indenizatória estabelecida no art. 11 da Resolução nº 8/2012-PGJ, de 4 de abril de 2012.

§ 4º Em casos excepcionais, a critério da administração, poderá ser designado mais de um servidor para auxiliar nos plantões, quando expressamente solicitado pelo membro plantonista, mediante justificativa.

Art. 35. A ausência ou omissão do plantonista com relação às atividades que exigirem a atuação do Ministério Público no período de plantão ensejará a apuração de eventual falta funcional pela Corregedoria-Geral do MPMS.

§ 1º O membro plantonista que, por motivo de força maior, não puder comparecer ao plantão será substituído pelo seguinte na ordem de designação, cabendo ao primeiro adotar as providências necessárias para a prévia comunicação ao seu substituto, à Procuradoria-Geral de Justiça e à Corregedoria-Geral do MPMS.

§ 2º Na hipótese do § 1º deste artigo, o membro plantonista substituído fica automaticamente designado para o plantão na data atribuída na escala àquele que o substituiu, salvo se os interessados acordarem de forma diferente.

Art. 36. Ficam resguardados os dias de compensação adquiridos até o dia 31 de dezembro de 2022, aplicando-se o disposto no artigo 31 desta Resolução, a partir de 1º de janeiro de 2023.



Art. 37. Eventuais omissões e controvérsias serão resolvidas pelo Procurador-Geral de Justiça.

Art. 38. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as Resoluções nºs 19/2012-PGJ e 20/2012-PGJ, ambas de 5 de junho de 2012, 38/2015-PGJ, de 24 de novembro de 2015, 34/2016-PGJ, de 11 de novembro de 2016, e 3/2017-PGJ, de 13 de fevereiro de 2017, e demais disposições em contrário.

Campo Grande-MS, 29 de maio de 2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

Anexo Único da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29 de maio de 2023.

Número da Região	Promotorias de Justiça das Comarcas de
1	Fátima do Sul, Glória de Dourados, Deodápolis, Angélica e Ivinhema
2	Rio Brilhante, Itaporã e Nova Alvorada do Sul
3	Nova Andradina, Batayporã e Anaurilândia
4	Sidrolândia e Maracaju
5	Sete Quedas, Iguatemi, Eldorado e Mundo Novo
6	Caarapó, Naviraí e Itaquiraí
7	Amambai e Ponta Porã
8	Aquidauana, Miranda, Terenos, Anastácio e Dois Irmãos do Buriti
9	Rio Verde de Mato Grosso, Coxim, Pedro Gomes e Sonora
10	Costa Rica, Chapadão do Sul e Cassilândia
11	Paranaíba, Inocência e Aparecida do Taboado
12	Ribas do Rio Pardo, Água Clara, Brasilândia e Bataguassu
13	Bandeirantes, São Gabriel do Oeste, Camapuã e Rio Negro
14	Nioaque, Jardim, Bonito, Porto Murtinho e Bela Vista

RESOLUÇÃO Nº 24/2023-PGJ, DE 29 DE MAIO DE 2023.

Transforma dois cargos de Chefe de Departamento e um cargo de Assessor de Inteligência em dois cargos de Diretor de Secretaria.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela alínea “b” do inciso III do art. 7º da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e considerando o disposto no art. 52 da Lei Estadual nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011, ouvido o Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça,

RESOLVE:

Art. 1º Fica transformado, sem aumento de despesas, por alteração de denominação e símbolo, 2 (dois) cargos de Chefe de Departamento (símbolo MPDS-104) e 1 (um) cargo de Assessor de Inteligência (símbolo MPAS-202) em 2 (dois) cargos de Diretor de Secretaria (símbolo MPDS-103).

Parágrafo único. Os cargos e quantitativos decorrentes dessa transformação passam a integrar o Anexo VI da Lei Estadual nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011, que aprovou o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Servidores do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande-MS, 29 de maio de 2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA****RESOLUÇÃO Nº 001/2023-CPJ, DE 24 DE MAIO DE 2023.**

Altera a Resolução nº 18/2010-PGJ, de 9 de setembro de 2010, para a instalação da 2ª Promotoria de Justiça de Ribas do Rio Pardo.

O COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 9º, inciso XVI, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

CONSIDERANDO a autonomia financeira e administrativa do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, expressamente prevista pelo art. 127 da Constituição Federal, pelo art. 3º da Lei Federal nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, e pelo art. 2º da Lei Complementar Estadual nº 72/1994;

CONSIDERANDO a decisão proferida nos autos do Procedimento Administrativo nº 09.2023.00005506-0;

CONSIDERANDO a aprovação do Colégio de Procuradores de Justiça, na reunião realizada em 24 de maio de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º O *caput* e o parágrafo único do art. 27 da Resolução nº 18/2010-PGJ, de 9 de setembro de 2010, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 27. As Promotorias de Justiça das comarcas de Aparecida do Taboado, Bataguassu, Bonito, Caarapó, Camapuã, Cassilândia, Chapadão do Sul, Costa Rica, Fátima do Sul, Ivinhema, Maracaju, Miranda, Mundo Novo, Ribas do Rio Pardo e São Gabriel do Oeste têm as seguintes atribuições:

(...)

Parágrafo único. Até a instalação da 2ª Vara das comarcas de Anastácio, Bela Vista, Iguatemi, Itaporã, Nova Alvorada do Sul, Rio Verde de Mato Grosso e Terenos, haverá, nas referidas Comarcas, uma Promotoria de Justiça, cujo titular atuará perante sua Vara Única, bem como nos feitos e procedimentos referentes à proteção do meio ambiente, da habitação, do urbanismo e do patrimônio histórico e cultural, dos direitos constitucionais do cidadão e dos direitos humanos, do idoso, da pessoa com deficiência, do consumidor, da vítima de infração penal, do patrimônio público e social e das fundações, da infância e da juventude, bem como nos demais interesses difusos e coletivos, e na área eleitoral." (NR)

Art. 2º O Anexo Único da Resolução nº 18/2010-PGJ passa a vigorar conforme o Anexo Único desta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 24 de maio de 2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

Anexo Único da Resolução nº 001/2023-CPJ, de 24 de maio de 2023.

I – ENTRÂNCIA ESPECIAL	
Campo Grande	1ª à 76ª Promotoria de Justiça
Dourados	1ª à 17ª Promotoria de Justiça
Três Lagoas	1ª à 9ª Promotoria de Justiça
Corumbá	1ª à 7ª Promotoria de Justiça

**II – SEGUNDA ENTRÂNCIA**

Água Clara	1ª Promotoria de Justiça
Amambai	1ª à 3ª Promotoria de Justiça
Anastácio	1ª Promotoria de Justiça
Anaurilândia	1ª Promotoria de Justiça
Angélica	1ª Promotoria de Justiça
Aparecida do Taboado	1ª e 2ª Promotorias de Justiça
Aquidauana	1ª à 3ª Promotoria de Justiça
Bandeirantes	1ª Promotoria de Justiça
Bataguassu	1ª e 2ª Promotorias de Justiça
Batayporã	1ª Promotoria de Justiça
Bela Vista	1ª Promotoria de Justiça
Bonito	1ª e 2ª Promotorias de Justiça
Brasilândia	1ª Promotoria de Justiça
Caarapó	1ª e 2ª Promotorias de Justiça
Camapuã	1ª e 2ª Promotorias de Justiça
Cassilândia	1ª e 2ª Promotorias de Justiça
Chapadão do Sul	1ª e 2ª Promotorias de Justiça
Coronel Sapucaia	1ª Promotoria de Justiça
Costa Rica	1ª e 2ª Promotorias de Justiça
Coxim	1ª à 3ª Promotoria de Justiça
Deodápolis	1ª Promotoria de Justiça
Dois Irmãos do Buriti	1ª Promotoria de Justiça
Eldorado	1ª Promotoria de Justiça
Fátima do Sul	1ª e 2ª Promotorias de Justiça
Glória de Dourados	1ª Promotoria de Justiça
Iguatemi	1ª Promotoria de Justiça
Inocência	1ª Promotoria de Justiça
Itaporã	1ª Promotoria de Justiça
Itaquiraí	1ª Promotoria de Justiça
Ivinhema	1ª e 2ª Promotorias de Justiça
Jardim	1ª e 2ª Promotorias de Justiça
Maracaju	1ª e 2ª Promotorias de Justiça
Miranda	1ª e 2ª Promotorias de Justiça
Mundo Novo	1ª e 2ª Promotorias de Justiça
Naviraí	1ª à 4ª Promotoria de Justiça
Nioaque	1ª Promotoria de Justiça
Nova Alvorada do Sul	1ª Promotoria de Justiça
Nova Andradina	1ª à 3ª Promotoria de Justiça
Paranaíba	1ª à 3ª Promotoria de Justiça
Pedro Gomes	1ª Promotoria de Justiça
Ponta Porã	1ª à 5ª Promotoria de Justiça
Porto Murtinho	1ª Promotoria de Justiça
Ribas do Rio Pardo	1ª e 2ª Promotorias de Justiça
Rio Brillhante	1ª e 2ª Promotorias de Justiça
Rio Negro	1ª Promotoria de Justiça
Rio Verde de Mato Grosso	1ª Promotoria de Justiça
São Gabriel do Oeste	1ª e 2ª Promotorias de Justiça
Sete Quedas	1ª Promotoria de Justiça
Sidrolândia	1ª à 3ª Promotoria de Justiça
Sonora	1ª Promotoria de Justiça
Terenos	1ª Promotoria de Justiça



CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

RESOLUÇÃO Nº 1/2023-CGMP, DE 30 DE MAIO DE 2023.

Institui o Relatório Básico da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (RBCG).

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 18 da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

CONSIDERANDO que cabe à Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS) orientar e fiscalizar as atividades funcionais e a conduta dos membros do Ministério Público, bem como avaliar o resultado das atividades de execução das Promotorias e Procuradorias de Justiça (art. 16 da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994, Lei Orgânica do MPMS, LOMPMS);

CONSIDERANDO a competência da Corregedoria-Geral do MPMS para a realização de correições ordinárias, correições extraordinárias e visitas de inspeção nos órgãos do MPMS (art. 18, incisos V a IX, da LOMPMS);

CONSIDERANDO que cabe à Corregedoria-Geral do MPMS “organizar o serviço de estatística e avaliação de resultados das atividades dos órgãos de execução do Ministério Público” (art. 18, XXIV, da LOMPMS);

CONSIDERANDO a Resolução nº 149, de 26 de julho de 2016, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que “dispõe sobre a obrigatoriedade de realização de correições e inspeções no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados e institui o Sistema Nacional de Correições e Inspeções no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público e dá outras providências”, estabelecendo parâmetros e aspectos gerais a serem observados na atividade correicional, tais como: registro, distribuição e andamento dos procedimentos extrajudiciais e dos processos judiciais; verificação quantitativa da entrada e saída de feitos e de movimento; regularidade formal dos feitos internos, em especial a correta utilização das Tabelas Unificadas do Ministério Público; o cumprimento dos prazos de conclusão e prorrogação previstos nos atos normativos específicos; a movimentação regular; a duração da investigação e o grau de resolutividade; produção mensal do membro do Ministério Público correicionado e saldo remanescente;

CONSIDERANDO a implantação do processo eletrônico por meio da implementação do Sistema de Automação da Justiça (SAJ) pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul (TJMS) e a superveniente adoção do SAJ no âmbito do Ministério Público (SAJMP), regulamentada pela Resolução nº 14/2017-CPJ, de 18 de dezembro de 2017;

CONSIDERANDO a utilização das Tabelas Unificadas do Ministério Público (Resolução nº 63/2010-CNMP), padronizando a nomenclatura das atividades realizadas pelo *Parquet*, possibilitando assim a coleta de informações das atividades desenvolvidas pelos membros do Ministério Público, em formato de relatório;

CONSIDERANDO que as informações básicas para a atividade correicional estão armazenadas no banco de dados da instituição e a necessidade de conferir maior celeridade e confiabilidade às informações estatísticas utilizadas pela Corregedoria-Geral do MPMS,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituído o Relatório Básico da Corregedoria-Geral do MPMS (RBCG).

Art. 2º As informações constantes no RBCG serão captadas no banco de dados do MPMS, a partir da alimentação dos sistemas informatizados disponíveis.

Art. 3º O RBCG será emitido pela Corregedoria-Geral do MPMS com o objetivo de subsidiar seus trabalhos, por meio da verificação da regularidade do serviço, da eficiência e da pontualidade, da participação em atividades comunitárias, do cumprimento dos demais deveres previstos na LOMPMS e das demais obrigações legais.



Parágrafo único. Nos procedimentos de correição ordinária, o relatório deverá ser emitido pela equipe de apoio da Corregedoria-Geral em até 5 (cinco) dias úteis, contados do 15º (décimo quinto) da publicação do aviso do início dos trabalhos correicionais.

Art. 4º Os dados constantes no RBCG referem-se às informações e às estatísticas do órgão do Ministério Público.

§ 1º Dentre as informações do órgão do Ministério Público, constarão, no mínimo, as seguintes:

I - identificação do órgão do Ministério Público;

II - endereço do órgão do Ministério Público;

III - comarca (municípios e distritos);

IV - atribuições do órgão do Ministério Público;

V - identificação do membro do Ministério Público;

VI - tipo de designação no órgão do Ministério Público;

VII - membros do Ministério Público com acesso à lotação;

VIII - membros do Ministério Público que atuaram no período do relatório;

IX - data da última correição ordinária no órgão do Ministério Público;

X - data da última correição ordinária no membro do Ministério Público;

XI - correição extraordinária ou visita de inspeção no órgão do Ministério Público realizada nos últimos 2 (dois) anos;

XII - correição extraordinária ou visita de inspeção no membro do Ministério Público realizada nos últimos 2 (dois) anos;

XIII - nome do membro do Ministério Público;

XIV - endereço residencial do membro do Ministério Público;

XV - afastamento do membro do Ministério Público por licença nos últimos 12 (doze) meses;

XVI - atribuição eleitoral nos últimos 2 (dois) anos, identificando o período e o tipo de designação;

XVII - atribuição no Juizado Especial nos últimos 2 (dois) anos, identificando o período e o tipo de designação;

XVIII - exercício da função de supervisor nos últimos 2 (dois) anos, identificando o período e o tipo de designação;

XIX - se o membro do Ministério Público correicionado respondeu sindicância ou procedimento administrativo disciplinar;

XX - declaração de impedimento ou suspeição em procedimento ou processo judicial;

XXI - estrutura de pessoal.

§ 2º Referente às estatísticas do órgão do Ministério Público, constarão, no mínimo, as seguintes informações:

I - data da emissão do relatório;

II - período do relatório;

III - informações referentes às atividades não procedimentais realizadas no período, elencadas pela lotação e pelo membro do Ministério Público, relativas:

a) ao atendimento ao público;

b) às reuniões;

c) às palestras como palestrante ou debatedor;

d) aos eventos;

e) aos projetos;

f) ao órgão colegiado;

g) ao grupo de trabalho/comissões;

IV - em relação aos procedimentos investigatórios, constarão, no mínimo, as seguintes informações:

a) inquéritos policiais: em relação à jurimetria, deve ser possível verificar:

1. a quantidade de movimentações;

2. a quantidade de procedimentos recebidos pelo órgão do Ministério Público;

3. a quantidade de procedimentos devolvidos pelo órgão do Ministério Público;

4. a quantidade de procedimentos com vistas ao órgão do Ministério Público;

5. a quantidade de denúncias e aditamentos oferecidos;

6. a quantidade de arquivamentos parciais e integrais propostos;

7. as dilações com prazo concedidas em dia e com atraso e inquéritos policiais sem controle de prazo;

8. os inquéritos policiais em andamento há mais de 3 (três) anos;

9. as audiências de custódia;

10. os declínios de atribuição em inquéritos policiais;



b) autos de apreensão em flagrante: constarão, no mínimo, as seguintes informações:

1. procedimentos recebidos pelo órgão do Ministério Público;
2. procedimentos devolvidos pelo órgão do Ministério Público;
3. procedimentos com vista ao órgão do Ministério Público;
4. audiências de custódia realizadas;

c) relatórios de investigação: constarão, no mínimo, as seguintes informações:

1. procedimentos recebidos pelo órgão do Ministério Público;
2. procedimentos devolvidos pelo órgão do Ministério Público;
3. procedimentos com vista ao órgão do Ministério Público;
4. audiências de custódia realizadas;

d) boletins de ocorrência circunstanciada: constarão, no mínimo, as seguintes informações:

1. procedimentos recebidos pelo órgão do Ministério Público;
2. procedimentos devolvidos pelo órgão do Ministério Público;
3. procedimentos com vista ao órgão do Ministério Público;
4. audiências de custódia realizadas;

e) termos circunstanciados: constarão, no mínimo, as seguintes informações:

1. procedimentos recebidos pelo órgão do Ministério Público;
2. procedimentos devolvidos pelo órgão do Ministério Público;
3. procedimentos com vista ao órgão do Ministério Público;
4. audiências de custódia realizadas;

V - em relação à composição, constarão, no mínimo, as seguintes informações:

a) acordo de não persecução penal: constarão, no mínimo, as informações abaixo descritas:

1. audiência judicial;
2. audiência extrajudicial;
3. homologação judicial;
4. homologação extrajudicial;
5. termos celebrados judiciais;
6. termos celebrados extrajudiciais;

b) acordo de não persecução cível: constarão, no mínimo, as seguintes informações:

1. homologação judicial;
2. homologação extrajudicial;

VI – em relação a processos judiciais: constarão, no mínimo, as seguintes informações:

- a) com entrada no órgão do Ministério Público;
- b) a quantidade de movimentações realizadas;
- c) com vista ao órgão do Ministério Público;
- d) processos com vista há mais de 30 (trinta) dias;
- e) audiências realizadas;
- f) interposição de recursos;
- g) razões apresentadas;
- h) contrarrazões apresentadas;
- i) impugnação aos embargos;
- j) petições ajuizadas;
- k) aditamentos;
- l) devolvidos pelo órgão do Ministério Público;

VII – em relação a procedimentos extrajudiciais, constarão, no mínimo, as seguintes informações:

a) informações gerais:

1. em andamento no órgão do Ministério Público;
2. quantidade de movimentações realizadas;
3. sem movimentações há mais de 90 (noventa) dias;
4. procedimentos instaurados há mais de 3 (três) anos;
5. dilações de prazo concedidas;
6. procedimentos com prazo vencidos;
7. atendimentos;
8. audiências extrajudiciais;

b) procedimentos de investigação criminal: constarão, no mínimo, as seguintes informações:

1. na unidade;



2. instaurados há mais de 3 (três) anos;
3. denúncias oferecidas no período;
4. com prazo vencido;
- c) inquéritos civis: constarão, no mínimo, as seguintes informações:
 1. na unidade;
 2. instaurados há mais de 3 (três) anos;
 3. com prazo vencido;
- d) notícias de fato: constarão, no mínimo, as seguintes informações:
 1. na unidade;
 2. instauradas há mais de 120 (cento e vinte) dias;
 3. com prazo vencido;
- e) procedimentos preparatórios: constarão, no mínimo, as seguintes informações:
 1. na unidade;
 2. instaurados há mais de 180 (cento e oitenta) dias;
 3. com prazo vencido;
- f) procedimentos administrativos: constarão, no mínimo, as seguintes informações:
 1. na unidade;
 2. instaurados há mais de 3 (três) anos;
 3. com prazo vencido;

VIII - em relação a procedimentos investigatórios da infância, constarão, no mínimo, as seguintes informações:

- a) em andamento no órgão do Ministério Público;
- b) movimentações realizadas;
- c) representações oferecidas;
- d) aditamentos;
- e) em atraso;

IX - em relação as audiências públicas, constarão, no mínimo, as seguintes informações:

- a) como participante:
 1. judicial;
 2. extrajudicial;
- b) como proponente:
 1. judicial;
 2. extrajudicial;

X - em relação a Juizados Especiais, constarão informações referentes ao *login* do membro do Ministério

Público:

- a) movimentações realizadas;
- b) com entrada no órgão do Ministério Público;
- c) denúncias oferecidas no período;

XI – em relação a procedimentos eleitorais, constarão informações referentes ao *login* do membro do Ministério

Público:

- a) movimentações realizadas;
- b) com entrada no órgão do Ministério Público;
- c) denúncias oferecidas;

XII - em relação às circunscrições e plantões, constarão informações referentes ao *login* do membro do Ministério Público:

- a) movimentações realizadas;
- b) com entrada no órgão do Ministério Público;
- c) audiências de custódia;
- d) denúncias oferecidas no período.

Art. 5º A verificação de incorreção dos dados, cuja alimentação/atualização é de responsabilidade dos órgãos do Ministério Público correccionados, será objeto de recomendação nas correições ordinárias.

Art. 6º Verificada a inconsistência de dados em razão da atividade de instituição externa ao Ministério Público, a Corregedoria-Geral fará as comunicações necessárias ao responsável pela interoperabilidade dos sistemas internos e externos.



Art. 8º As regras de negócio que definem as diretrizes do RBCG, para acompanhamento dos usuários, constam em instrução técnica no Anexo Único desta Resolução.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 30 de maio de 2023.

SILVIO CESAR MALUF
Corregedor-Geral do Ministério Público

ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO Nº 1/2023-CGMP, DE 30 DE MAIO DE 2023.

INSTRUÇÃO TÉCNICA DO RELATÓRIO BÁSICO DA CORREGEDORIA-GERAL (RBCG)

1. APRESENTAÇÃO

A instrução técnica tem por objetivo informar as regras de negócio constantes no Relatório Básico da Corregedoria-Geral (RBCG), a ser emitido pela Corregedoria-Geral do MPMS, no Sistema Integrado do Ministério Público (SIMP), opção “SAJ - Relatórios”.

O RBCG é de uso reservado da Corregedoria-Geral do MPMS, sendo que no sistema SAJ - Relatórios, ele estará disponível, exclusivamente, no perfil da Corregedoria-Geral.

O relatório é uma ferramenta que oferece à Corregedoria-Geral dados para a aferição da regularidade do serviço, eficiência, resolutividade, pontualidade dos membros do Ministério Público no exercício de suas funções, o cumprimento das obrigações legais e das determinações dos órgãos da Administração Superior (Regimento Interno da Corregedoria-Geral do MPMS, artigo 19).

Os dados estatísticos apresentados são objetivos, traduzindo em números o fluxo de trabalho dos órgãos do Ministério Público correccionados, e demonstram os registros realizados pelos membros do Ministério Público e suas respectivas assessorias em suas lotações.

2. DA ESTRUTURA

O RBCG divide-se em: informações do órgão do Ministério Público e estatísticas do órgão do Ministério Público:

- a) **Informações do órgão do Ministério Público:** compreendem os dados gerais, as informações do membro do Ministério Público e a estrutura de pessoal no gabinete;
- b) **Estatísticas do órgão do Ministério Público:** abrangem os dados das atividades não procedimentais, os procedimentos investigatórios, composição, os processos judiciais, os procedimentos extrajudiciais, os procedimentos investigatórios da infância, audiências públicas, o Juizado Especial, os procedimentos eleitorais e circunscrições e plantões eletrônicos.

3. DAS REGRAS

A regra é o método de aferição dos dados, indicando os sistemas informatizados que os fornecem, bem como os parâmetros a serem considerados.

Para a obtenção dos dados estatísticos, será considerada a alimentação do sistema SAJMP, efetuada pelo usuário. Os parâmetros estatísticos serão as regras das Tabelas Unificadas do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), levando-se em conta, se for o caso, a classe, o assunto e o movimento.

No caso de incorreção do uso da Tabela Unificada concernente às atividades da área-fim e/ou área-meio no SAJMP, não será possível a emissão de relatório que contenha tais atos realizados (lançamentos errôneos), sendo dever

do membro do Ministério Público zelar pelo correto registro de todas as atividades próprias e da equipe de apoio, não cabendo à Corregedoria-Geral qualquer alteração posterior de registros equivocados.

Os dados referentes às informações do órgão do Ministério Público serão obtidos nos programas próprios (Turmalina e Quartzó), sendo, também, de responsabilidade dos próprios órgãos do Ministério Público a confiabilidade e precisão dos dados.

Eventuais incorreções, além de não constarem do relatório, poderão afetar as fichas encaminhadas ao Conselho Superior do Ministério Público no caso de merecimento, pois todas as fichas funcionais são geradas a partir dos dados registrados no sistema oficial de processo eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Os sistemas informatizados e os parâmetros de obtenção dos dados constantes no relatório estão especificados na tabela abaixo:

ITEM	INFORMAÇÃO	SISTEMA INFORMATIZADO (fontes e parâmetros)
1	Órgão do MP correicionado	SAJMP
2	Endereço do órgão do MP correicionado	SAJMP
3	Comarca (municípios e distritos)	SAJMP
4	Atribuições do órgão do MP	Quartzó (Res. nº 18/2010-PGJ)
5	Membro do MP correicionado	SAJMP
6	Tipo de designação no órgão do MP correicionado	e-Turmalina
7	Membros do MP com acesso à lotação	SAJMP
8	Membros do MP que atuaram no período	SAJMP
9	Data da última correição realizada no órgão do MP correicionado	SAJMP Classe: 910025 Assunto: todos Movimento: 1001108 e filhos
10	Data da última correição realizada no membro do MP correicionado	SAJMP Classe: 910025 Assunto: todos Movimento: 1001108 e filhos
11	Correição extraordinária ou visita de inspeção no órgão do MP correicionado realizada nos últimos 2 (dois) anos	SAJMP Classe: 910026 e 910027 Assunto: todos Movimento: 1001108
12	Correição extraordinária ou visita de inspeção ao membro do MP correicionado realizada nos últimos 2 (dois) anos	SAJMP Classe: 910026 e 910027 Assunto: todos Movimento: 1001108
13	Nome do membro do MP correicionado	SAJMP
14	Endereço do membro do MP correicionado	Quartzó
15	Afastamento por licença nos últimos 12 (doze) meses	e-Turmalina
16	Atribuição eleitoral nos últimos 2 (dois) anos	e-Turmalina
17	Atribuição no Juizado Especial nos últimos 2 (dois) anos	e-Turmalina
18	Função de supervisor nos últimos 2 (dois) anos	e-Turmalina
19	Procedimento administrativo disciplinar ou sindicância na Corregedoria-Geral	SAJMP Classe: 910024 e 910023 Assunto: todos Movimentos: todos
20	Declaração de impedimento ou suspeição em procedimento ou processo judicial	SAJMP Classe: todas Assunto: todos Movimentos: 920083 e filhos
21	Estrutura de pessoal no gabinete	e-Turmalina
22	Data de emissão do relatório	Data de emissão
23	Período do relatório	Data informada pelo emissor
24	Atendimento público ao Na lotação (filtra pela lotação)	SAJMP Classe: não contém



			Assunto: todos Movimento: 970107
		Pelo membro do MP (filtra pelo membro do MP)	SAJMP Classe: não contém Assunto: todos Movimento: 970107
		Assuntos de maior incidência	SAJMP Classe: não contém Assunto: todos Movimento: 970107
25	Reuniões	Na lotação (filtra pela lotação)	SAJMP Classe: não contém Assunto: todos Movimento: 970000
		Pelo membro do MP (filtra pelo membro do MP)	SAJMP Classe: não contém Assunto: todos Movimento: 970000
26	Palestras: palestrante debatedor ou	Na lotação (filtra pela lotação)	SAJMP Classe: não contém Assunto: todos Movimento: 970002
		Pelo membro do MP (filtra pelo membro do MP)	SAJMP Classe: não contém Assunto: todos Movimento: 9700002
27	Eventos	Na lotação (filtra pela lotação)	SAJMP Classe: não contém Assunto: todos Movimento: 970003
		Pelo membro do MP (filtra pelo membro do MP)	SAJMP Classe: todas Assunto: todos Movimento: 970003
28	Projetos	Na lotação (filtra pela lotação)	SAJMP Classe: não contém Assunto: todos Movimento: 970004
		Pelo membro do MP (filtra pelo membro do MP)	SAJMP Classe: não contém Assunto: todos Movimento: 970004
29	Órgão Colegiado	Na lotação (filtra pela lotação)	SAJMP Classe: não contém Assunto: todos Movimento: 970005
		Pelo membro do MP (filtra pelo membro do MP)	SAJMP Classe: não contém Assunto: todos Movimento: 970005
30	Grupo de Trabalho/Comissões	Na lotação (filtra pela lotação)	SAJMP Classe: não contém Assunto: todos Movimento: 970006
		Pelo membro do MP (filtra pelo membro do MP)	SAJMP Classe: não contém Assunto: todos Movimento: 970006
31	Inquéritos Policiais	Movimentações realizadas	SAJMP Classe: 279 e 11041 Assunto: todos Movimento: todos (membro do MP)
		Recebidos pelo órgão do MP	SAJMP Classe: 279 e 11041 Assunto: todos



			Movimento: 920246
		Devolvidos pelo órgão do MP	SAJMP Classe: 279 e 11041 Assunto: todos Movimento: 920247
		Com vista ao órgão do MP: total de IPs oriundos do Poder Judiciário que deram entrada no órgão do MP e que não estejam com a situação como: “devolvido”, “peticionado” e “cadastrado”	SAJMP Classe: 279 e 11041 Assunto: todos Movimento: todos
		Denúncias oferecidas	SAJMP Classe: 279 e 11041 Assunto: todos Movimento: 920014 e filhos
		Aditamentos	SAJMP Classe: 279 e 11041 Assunto: todos Movimento: 920032 e filhos
		Arquivamentos parciais	SAJMP Classe: 279 e 11041 Assunto: todos Movimento: 920093 e filhos
		Arquivamentos integrais	SAJMP Classe: 279 e 11041 Assunto: todos Movimento: 920100 e filhos
		Dilações com prazo em dia	SAJMP/Gabinete virtual
		Dilações vencidas até 30 dias	SAJMP/Gabinete virtual
		Dilações vencidas: 30 a 59 dias	SAJMP/Gabinete virtual
		Dilações vencidas: 60 a 89 dias	SAJMP/Gabinete virtual
		Dilações vencidas acima de 90 dias	SAJMP/Gabinete virtual
		Sem controle de prazo	SAJMP/Gabinete virtual
		Em andamento há mais de 3 anos	SAJMP Classe: 279 e 11041 Assunto: todos Movimento: todos exceto 920155, 920136 e 920012 e respectivos filhos
		Audiências de custódia	SAJMP Classe: 279 e 11041 Assunto: todos Movimento: 920486 e 1000052 e respectivos filhos
		Declínio de atribuição	SAJMP Classe: 279 e 11041 Assunto: todos Movimento: 920026 e filhos
32	Autos de Apreensão em Flagrante	Recebidos pelo órgão do MP	SAJMP Classe: 1461 Assunto: todos Movimento: 920246
		Devolvidos pelo órgão do MP	SAJMP Classe: 1461 Assunto: todos Movimento: 920247
		Com vista ao órgão do MP: total de registros que deram entrada no órgão do MP e que não estejam nas situações: “devolvido” “peticionado” e “cadastrado”	SAJMP Classe: 1461 Assunto: todos Movimento: todos
		Audiência de custódia	SAJMP Classe: 1461 Assunto: todos Movimento: 920486 e 1000052 e respectivos filhos
33	Relatórios de Investigação	Recebidos pelo órgão do MP	SAJMP Classe: 1462



			Assunto: todos Movimento: 920246
		Devolvidos pelo órgão do MP	SAJMP Classe: 1462 Assunto: todos Movimento: 920247
		Com vista ao órgão do MP: total de registros que deram entrada no órgão do MP e que não estejam nas situações: “devolvido”, “peticionado” e “cadastrado”	SAJMP Classe: 1462 Assunto: todos Movimento: todos
		Audiências de custódia	SAJMP Classe:1462 Assunto: todos Movimento: 920486 e 1000052 e respectivos filhos
34	Boletins de Ocorrência Circunstanciado	Recebidos pelo órgão do MP	SAJMP Classe: 1463 Assunto: todos Movimento: 920246
		Devolvidos pelo órgão do MP	SAJMP Classe: 1463 Assunto: todos Movimento: 920247
		Com vista ao órgão do MP: total de registros que deram entrada no órgão do MP e que não estejam nas situações: “devolvido”, “peticionado” e “cadastrado”	SAJMP Classe:1463 Assunto: todos Movimento: todos
		Audiências de custódia	SAJMP Classe:1463 Assunto: todos Movimento: 920486 e 1000052 e respectivos filhos
35	Termos Circunstanciados	Recebidos pelo órgão do MP	SAJMP Classe: 278 Assunto: todos Movimento: 920246
		Devolvidos pelo órgão do MP	SAJMP Classe: 278 Assunto: todos Movimento: 920247
		Com vista ao órgão do MP: total de registros que deram entrada no órgão do MP e que não estejam nas situações: “devolvido”, “peticionado” e “cadastrado”	SAJMP Classe: 278 Assunto: todos Movimento: todos
		Audiências de custódia	SAJMP Classe: 278 Assunto: todos Movimento: 920486 e 1000052 e respectivos filhos
36	Acordos de Não Persecução Penal	Audiência judicial	SAJMP Classe: todas as classes, exceto 1733, 910004, 910002, 910003, 910005 e filhos desta Assunto: todos Movimento:1000104
		Audiência extrajudicial	SAJMP Classe: 1733, 910004, 910002, 910003, 910005 e filhos desta Assunto: todos Movimento: 1000104
		Homologação judicial	SAJMP Classe: todas, exceto 1733, 910004, 910002, 910003, 910005 e filhos desta Assunto: todos Movimento: 1000101
		Homologação extrajudicial	SAJMP



			Classe: 1733, 910004, 910002, 910003, 910005 e filhos desta Assunto: todos Movimento: 1000101
		Termos celebrados judiciais	SAJMP Classe: todas, exceto 1733, 910004, 910002, 910003, 910005 e filhos desta Assunto: todos Movimento: 920481
		Termos celebrados extrajudiciais	SAJMP Classe: 1733, 910004, 910002, 910003, 910005 e filhos desta Assunto: todos Movimento: 920481
37	Acordos de Não Persecução Cível	Homologação judicial	SAJMP Classe: todas, exceto 1733, 910004, 910002, 910003, 910005 e filhos desta Assunto: todos Movimento: 1000102
		Homologação extrajudicial	SAJMP Classe: 1733, 910004, 910002, 910003, 910005 e filhos desta Assunto: todos Movimento: 1000102
38	Processos Judiciais	Com entrada no órgão do MP	SAJMP Classe: todas, exceto 278, 279, 11041, 1461, 1462, 1463, 11427, 436, 10944 e 910000 e respectivos filhos Assunto: todos Movimento: 920246
		Movimentações realizadas	SAJMP Classe: todas, exceto 278, 279, 11041, 1461, 1462, 1463, 11427, 436, 10944 e 910000 e respectivos filhos Assunto: todos Movimento: todos os que contêm indicação de membro do MP responsável
		Com vista ao órgão do MP	SAJMP Classe: todas, exceto 278, 279, 11041, 1461, 1462, 1463, 11427, 436, 10944 e 910000 e respectivos filhos Assunto: todos Movimento: todos
		Com vista há mais de 30 dias	SAJMP Classe: todas, exceto 278, 279, 11041, 1461, 1462, 1463, 11427, 436, 10944 e 910000 e respectivos filhos Assunto: todos Movimento: 920246 considerando a data da entrada da carga maior que 30 dias
		Audiências realizadas	SAJMP Classe: todas, exceto 278, 279, 11041, 1461, 1462, 1463, 11427, 436, 10944 e 910000 e respectivos filhos Assunto: todos Movimento: 920062 e filhos
		Interposições de recursos	SAJMP Classe: todas, exceto 278, 279, 11041, 1461, 1462, 1463, 11427, 436, 10944 e 910000 e respectivos filhos Assunto: todos Movimento: 920212
		Razões apresentadas	SAJMP Classe: todas, exceto 278, 279, 11041, 1461, 1462, 1463, 11427, 436, 10944 e 910000 e respectivos filhos Assunto: todos



			Movimento: 920213 e filhos
		Contrarrazões apresentadas	SAJMP Classe: todas, exceto 278, 279, 11041, 1461, 1462, 1463, 11427, 436, 10944 e 910000 e respectivos filhos Assunto: todos Movimento: 920232 e filhos
		Impugnações aos embargos	SAJMP Classe: todas, exceto 278, 279, 11041, 1461, 1462, 1463, 11427, 436, 10944 e 910000 e respectivos filhos Assunto: todos Movimento: 920245
		Petições ajuizadas	SAJMP Classe: todas, exceto 278, 279, 11041, 1461, 1462, 1463, 11427, 436, 10944 e 910000 e respectivos filhos Assunto: todos Movimento: 920013 e filhos
		Aditamentos	SAJMP Classe: todas, exceto 278, 279, 11041, 1461, 1462, 1463, 11427, 436, 10944 e 910000 e respectivos filhos Assunto: todos Movimento: 920035 e filhos
		Devolvidos pelo órgão do MP	SAJMP Classe: todas, exceto 278, 279, 11041, 1461, 1462, 1463, 11427, 436, 10944 e 910000 e respectivos filhos Assunto: todos Movimento: 920247
39	Procedimentos Extrajudiciais (geral)	Em andamento no órgão do MP	SAJMP Classe: 1733, 910004, 910002, 910003, 910005 e filhos desta Assunto: todos Movimento: 920037 e filhos, 920008, 920038
		Movimentações realizadas	SAJMP Classe: 1733, 910004, 910002, 910003, 910005 e filhos desta Assunto: todos Movimento: todos os que contêm indicação do membro do MP responsável no período do relatório
		Sem movimentações há mais de 90 dias	SAJMP Classe: 1733, 910004, 910002, 910003, 910005 e filhos desta Assunto: todos Movimento: filtra último movimento cadastrado e se a data deste é maior que 90 dias em comparação com a data atual
		Instaurados há mais de 3 anos	SAJMP Classe: 1733, 910004, 910002, 910003, 910005 e filhos desta Assunto: todos Movimento: 920037 e filhos e 920008 - compara a data de registro do movimento com a data atual e filtra os que possuírem lapso temporal superior a 3 anos
		Dilações de prazo concedidas	SAJMP Classe: 1733, 910004, 910002, 910003, 910005 e filhos desta Assunto: todos Movimento: 920054 e filhos
		Com prazo vencido	SAJMP Classe: 1733, 910004, 910002, 910003, 910005 e filhos desta Assunto: todos



			Movimento: verifica último movimento, filtrando: 920037 e filhos, 920008, 920054
		Atendimentos	SAJMP Classe: 1733, 910004, 910002, 910003, 910005 e filhos desta Assunto: todos Movimento: 920002
		Audiências extrajudiciais	SAJMP Classe: 1733, 910004, 910002, 910003, 910005 e filhos desta Assunto: todos Movimento: 920063 e filhos
40	Procedimentos de Investigação Criminal	Na unidade	SAJMP Classe: 1733 Assunto: todos Movimento: 920037 e filhos
		Instaurados há mais de 3 anos: filtra cadastros em que o movimento de portaria tenha período superior a 3 anos, em comparação com a data atual	SAJMP Classe: 1733 Assunto: todos Movimento: 920037 e filhos
		Denúncias oferecidas	SAJMP Classe: 1733 Assunto: todos Movimento: 920014 e filhos
		Com prazo vencido: comparando as datas das pendências registradas no SAJMP	SAJMP Classe: 1733 Assunto: todos Movimento: 920037 e filhos e 920054
41	Inquéritos Cíveis	Na unidade	SAJMP Classe: 910004 Assunto: todos Movimento: 920037 e filhos
		Instaurados há mais de 3 anos: filtra cadastros em que o movimento de portaria tenha período superior a 3 anos em comparação com a data atual	SAJMP Classe: 910004 Assunto: todos Movimento: 920037 e filhos
		Com prazo vencido: comparando as datas das pendências registradas no SAJMP	SAJMP Classe: 910004 Assunto: todos Movimento: 920037 e filhos e 920054
42	Notícias de Fato	Na unidade	SAJMP Classe: 910002 Assunto: todos Movimento: 920008
		Instaurados há mais de 120 dias: filtra cadastros em que o movimento de registro tenha período superior a 120 dias em comparação com a data atual	SAJMP Classe: 910002 Assunto: todos Movimento: 920008
		Com prazo vencido: comparando as datas das pendências registradas no SAJMP	SAJMP Classe: 910002 Assunto: todos Movimento: 920008 e 920054
43	Procedimentos Preparatórios	Na unidade	SAJMP Classe: 910003 Assunto: todos Movimento: 920037 e filhos
		Instaurados há mais de 180 dias: filtra cadastros em que o movimento de portaria tenha período superior a 180 dias em comparação com a data atual	SAJMP Classe: 910003 Assunto: todos Movimento: 920037 e filhos
		Com prazo vencido: comparando as datas das pendências registradas no SAJMP	SAJMP Classe: 910003 Assunto: todos Movimento: 920037 e filhos e 920054
44		Na unidade	SAJMP



	Procedimentos Administrativos		Classe: 910005 e filhos Assunto: todos Movimento: 920037 e filhos
		Instaurados há mais de 3 anos: filtra cadastros em que o movimento de portaria tenha período superior a 3 anos em comparação com a data atual	SAJMP Classe: 910005 e filhos Assunto: todos Movimento: 920037 e filhos
		Com prazo vencido: comparando as datas das pendências registradas no SAJMP	SAJMP Classe: 910005 e filhos Assunto: todos Movimento: 920037 e filhos e 920054
45	Procedimentos Investigatórios da Infância	Em andamento no órgão	SAJMP Classe: 1460 e filhos Assunto: todos Movimento: todos
		Movimentações realizadas	SAJMP Classe: 1460 e filhos Assunto: todos Movimento: todos os de “atos finalísticos”
		Representações oferecidas	SAJMP Classe: 1460 e filhos Assunto: todos Movimento: 920017 e filhos
		Aditamentos	SAJMP Classe: 1460 e filhos Assunto: todos Movimento: 920036 e filhos
		Em atraso	SAJMP Classe: 1460 e filhos Assunto: todos Movimento: 920246 e 1001046
46	Audiências Públicas	Como participante - judicial	SAJMP Classe: todas as classes, exceto 1733, 910004, 910002, 910003, 910005 e filhos desta Assunto: todos Movimento: 920066
		Como participante – extrajudicial	SAJMP Classe: 1733, 910004, 910002, 910003, 910005 e filhos desta Assunto: todos Movimento: 920066
		Como proponente – judicial	SAJMP Classe: todas as classes, exceto 1733, 910004, 910002, 910003, 910005 e filhos desta Assunto: todos Movimento: 920065
		Como proponente – extrajudicial	SAJMP Classe: 1733, 910004, 910002, 910003, 910005 e filhos desta Assunto: todos Movimento: 920065
47	Juizado Especial	Movimentações realizadas: total de registros de movimentações realizadas pelo membro do MP no período	SAJMP Classe: todas as classes Assunto: todos os assuntos Movimento: todos os de “atos finalísticos”
		Com entrada no órgão do MP: total de processos de Juizado Especial recebidos pelo membro do MP no período	SAJMP Classe: todas as classes Assunto: todos os assuntos Movimento: 920246
		Denúncias oferecidas: total de denúncias oferecidas em processos de Juizado Especial pelo membro do MP no período	SAJMP Classe: todas as classes Assunto: todos os assuntos Movimento: 920014 e filhos



48	Procedimentos Eleitorais	Movimentações realizadas: total de registros de movimentações realizadas pelo membro do MP no período	SAJMP Classe: 11427 e filhos e 910018 Assunto: todos Movimento: todos os de “atos finalísticos”
		Com entrada no órgão do MP: total de procedimentos eleitorais recebidos pelo membro do MP no período	SAJMP Classe: 11427 e filhos e 910018 Assunto: todos Movimento: 920246
		Denúncias oferecidas no período: total de denúncias oferecidas em procedimentos eleitorais pelo membro do MP no período	SAJMP Classe: 11427 e 910018 Assunto: todos Movimento: 920014 e filhos
49	Circunscrições e Plantões Eletrônicos	Movimentações realizadas: total de registros de movimentações realizadas pelo membro do MP no período em processos movimentados no plantão	SAJMP Classe: todas Assunto: todos Movimento: todos os de “atos finalísticos”
		Com entrada no órgão do MP: total de processos recebidos pelo membro do MP no plantão	SAJMP Classe: todas Assunto: todos Movimento: 920246
		Audiências de custódia: total de audiências de custódia em Processos movimentados pelo membro do MP no plantão	SAJMP Classe: todas Assunto: todos Movimento: 920486 e 1000052 e respectivos filhos
		Denúncias oferecidas: total de denúncias oferecidas em procedimentos pelo membro do MP no período	SAJMP Classe: todas Assunto: todos Movimento: 920014 e filhos

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2023NE002416 DE 29.05.2023 DO PROCESSO 09.2023.00005699-2

Unidade Gestora: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: Youssif Amim Youssif.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços 25/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico nº 13/PGJ/2022.

Objeto: Aquisição de material de copa e cozinha para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 24.406,80 (vinte e quatro mil quatrocentos e seis reais e oitenta centavos) nos termos da Nota de Empenho nº 2023NE002416 de 29.05.2023.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.

EXTRATO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE MPMS E MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Processo nº 09.2022.00009581-5

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, **Alexandre Magno Benites de Lacerda**;

2- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, **Luciano Oliveira Mattos de Souza**.

Amparo legal: Artigo 116 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Objeto: A conjugação de esforços entre os partícipes para o aprimoramento da gestão e processos de inovação, por meio do compartilhamento de projetos e boas práticas que possam ser passíveis de cessão.

Vigência: 09.05.2023 a 09.05.2025.

Data da assinatura: 9 de maio de 2023.

**EXTRATO DO SÉTIMO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 05/PGJ/2014**

Processo: PGJ/10/2449/2013 – PGA 09.2023.00000168-5

Partes:

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**.

Procedimento licitatório: Dispensada de acordo com o artigo 24, inciso X da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Amparo legal: Artigo 65, § 8º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Reajustar o valor mensal do aluguel do imóvel objeto do Contrato nº 05/PGJ/2014, em R\$ 81,62 (oitenta e um reais e sessenta e dois centavos), em razão da aplicação da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com efeitos a partir de abril de 2023.

Valor mensal: R\$ 2.032,10 (dois mil trinta e dois reais e dez centavos).

Vigência: 29.05.2023 a 09.02.2025.

Data de assinatura: 29 de maio de 2023.

EXTRATO DE NOTIFICAÇÃO

Processo de Gestão Administrativa nº 09.2023.00001023-0

Notificada: Llima Engenharia Comércio E Serviços Ltda.

LLIMA ENGENHARIA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 01682.110/0001-43, com sede na Rua São Felix, nº 554, casa 1, Vila Vilas Boas, Campo Grande/MS, CEP 79.051-210, representada neste ato por Luís Moreira de Lima, RG nº 10.933.798 SSP/SP e do CPF nº 009.288628-01, fica notificada da aplicação da sanção de multa moratória a no

patamar de 10% (dez por cento) sobre o valor dos materiais não entregues no prazo devido (item 9.1.2, da cláusula nona, do Contrato nº 028/PGJ/2023). A empresa poderá recorrer no prazo de 5 (cinco) dias úteis (artigo 109, inciso I, alínea “f”, e §§ 1º e 4º, da Lei nº 8.666/93). A empresa deverá adimplir o valor total da multa de R\$ 282,57 (duzentos e oitenta e dois reais e cinquenta e sete centavos) no prazo de 15 (quinze) dias corridos, sob pena de inscrição em dívida ativa e cobrança judicial, na seguinte conta bancária: (001) Banco do Brasil; Agência 2576-3; Conta Corrente 50.120-4; CNPJ 03.464.870/0001-00 – Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público; preenchendo-se o campo nº 2 de identificação com o CNPJ da empresa e o campo nº 3 com o nome da empresa. Não havendo recurso, será providenciada a inscrição da penalidade no SICAF (IN nº 3/2018). Havendo interesse na obtenção de cópia reprográfica ou digital do processo administrativo vinculado ao instrumento contratual, deverão ser atendidas as disposições da Ordem de Serviço nº 01/2022-PGJ, de 21 de fevereiro de 2022, disponível em <https://www.mpms.mp.br/atos-e-normas/download/61147>. Os autos terão continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação da Contratada, assegurando-se o contraditório e ampla defesa. Eventuais dúvidas poderão ser dirimidas na Secretaria de Administração do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, com sede na Procuradoria-Geral de Justiça, Rua Presidente Manuel de Campos Salles, 214, Bairro Jardim Veraneio, Campo Grande/MS, telefone (67) 3318-2101, no horário de expediente das 12h às 19h. Nada mais.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL N. 012/2023/76PJ/CGR**

A 76.^a Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a conversão de Notícia de Fato em Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, nº 180, Chácara Cachoeira.

Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

INQUÉRITO CIVIL 06.2023.00000559-2

REQUERENTE: Ministério Público Estadual

REQUERIDO: Secretaria Municipal de Saúde

OBJETO: *Apurar a regularidade na prestação dos serviços de saúde na USF Jardim Noroeste – Dr. Cláudio Luiz Fontanillas Fragelli*."

Campo Grande, MS, 30 de maio de 2023.

DANIELA CRISTINA GUIOTTI

Promotora de Justiça

EDITAL N. 013/2023/76PJ/CGR

A 76.^a Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a conversão de Notícia de Fato em Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, nº 180, Chácara Cachoeira.

Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

INQUÉRITO CIVIL 06.2023.00000561-5

REQUERENTE: Ministério Público Estadual

REQUERIDO: Secretaria Municipal de Saúde

OBJETO: *Apurar a regularidade na prestação dos serviços de saúde na USF Paulo Coelho Machado*.

Campo Grande, MS, 30 de maio de 2023.

DANIELA CRISTINA GUIOTTI

Promotora de Justiça

EDITAL N. 014/2023/76PJ/CGR

A 76.^a Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a conversão de Notícia de Fato em Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, nº 180, Chácara Cachoeira.

Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

INQUÉRITO CIVIL 06.2023.00000560-4

REQUERENTE: Ministério Público Estadual

REQUERIDO: Secretaria Municipal de Saúde

OBJETO: *Apurar a regularidade na prestação dos serviços de saúde na UBS Dr. Sebastião Eloy Pereira - Jardim Aero Rancho*.

Campo Grande, MS, 30 de maio de 2023.

DANIELA CRISTINA GUIOTTI

Promotora de Justiça

**EDITAL N. 015/2023/76PJ/CGR**

A 76.^a Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, nº 180, Chácara Cachoeira.

Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

INQUÉRITO CIVIL 06.2023.00000544-8

REQUERENTE: Ministério Público Estadual

REQUERIDO: Hospital Regional de Mato Grosso do Sul e Secretaria Municipal de Saúde.

OBJETO: *Averiguar a interrupção da realização de exames de ressonância magnética no Hospital Regional de Mato Grosso do Sul.*

Campo Grande, MS, 30 de maio de 2023.

DANIELA CRISTINA GUIOTTI

Promotora de Justiça

EDITAL Nº 49/2022. Republica-se por incorreção.

A 26.^a Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, 180, Bairro Chácara Cachoeira.

Inquérito Civil n.: 06.2022.00001469-8.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Empresa Mineradora Areia Forte Ltda.

Objeto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da atividade de extração de areia e uso de poço de captação de água subterrânea, pelo empreendimento Empresa Mineradora Areia Forte Ltda, neste município, objeto do Laudo de Constatação n. 011802/2021 e Auto de Infração n. 008940/2021, emitidos pelo IMASUL.

Campo Grande, 29 de Maio de 2023.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO.

Promotora de Justiça.

EDITAL Nº 45/2023.

A 26.^a Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Histórico e Cultural da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, 180, Bairro Chácara Cachoeira.

Procedimento Administrativo nº: 09.2023.00005875-7.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul.

Objeto: Acompanhar as providências do Estado de Mato Grosso do Sul que visem reparar o dano causado ao patrimônio histórico tombado, consistente na reforma da Escola Estadual Maria Constança de Barros Machado, em desacordo com a legislação.

Campo Grande, 29 de Maio de 2023.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO.

Promotora de Justiça.



COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

AMAMBAI

EDITAL Nº 0008/2023/02PJ/AMB

A 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, torna pública a instauração de Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas, abaixo especificado, que se encontra à disposição na Avenida Pedro Manvailer, 4601, Centro, Cep 79990-000, Amambai (MS) e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço www.mpms.mp.br.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas: 09.2023.00005605-9

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Amambai

Objeto: Acompanhar e fiscalizar a Revisão do Plano Diretor do Município de Amambai (MS).

Amambai (MS), 30 de maio de 2023.

MICHEL MAESANO MANCUELHO

Promotor de Justiça

BELA VISTA

EXTRATO: TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**Inquérito Civil 06.2020.00000676-8**

COMPROMITENTE: Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul, por meio da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Bela Vista-MS.

COMPROMISSÁRIO: Francisco Zorzete da Silva - Fazenda Santa Helena

OBJETO DO INQUÉRITO CIVIL

O presente Termo de Ajustamento de Conduta é decorrente do Inquérito Civil nº 06.2020.00000676-8, instaurado pela Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Bela Vista/MS, tendo por objeto “Apurar suposto dano ambiental decorrente da exploração de 12,59 hectares de vegetação nativa na propriedade denominada Fazenda Santa Helena em Caracol/MS.”

DAS OBRIGAÇÕES

CLÁUSULA PRIMEIRA: O COMPROMISSÁRIO, Francisco Zorzete da Silva, reconhece a ocorrência de dano ambiental, em razão de supressão vegetal de 12,59 hectares de remanescente de vegetação nativa, na propriedade rural denominada Fazenda Santa Helena, localizada em Caracol/MS, sem autorização legal para tanto, em desacordo as demais normas, regimentos, e princípios ambientais.

CLÁUSULA SEGUNDA: considerando a necessidade de indenizar os danos causados ao meio ambiente pela supressão de vegetação nativa fora da área de reserva legal, na propriedade rural Fazenda Santa Helena, em Caracol/MS, sem autorização legal para tanto, assume o COMPROMISSÁRIO, por meio do presente termo de ajustamento de conduta, tendo por base o princípio do poluidor-pagador, a obrigação de indenizar e compensar o Meio Ambiente mediante a destinação de importância pecuniária no valor de R\$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais) com vencimento em 30/05/23.

PARÁGRAFO ÚNICO: o valor deverá ser pago e destinado a Conta do Conselho Municipal de Segurança de Bela Vista-MS, Conta Corrente nº 22.452-9, agência 0267-4, Banco do Brasil.

CLÁUSULA TERCEIRA: Para a comprovação da regularidade ambiental da propriedade, o compromissário, independentemente do cumprimento das exigências do órgão ambiental, adotará as seguintes providências:

A) apresentará um Laudo ambiental com Art (anotação de responsabilização técnica) –, no prazo de 180 dias, com fotografias da vegetação coloridas, a fim de que comprove a regularidade ambiental da área de reserva legal e área de preservação permanente constante do CARMS 0022056, com o respectivo mapa das coordenadas.

Bela Vista-MS, 29 de maio de 2023.

WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0019/2023/PJ/BVT**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000 Telefone: (67) 3439-1991, Bela Vista/MS.

E ainda no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC nº 09.2023.00005377-3

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Fazenda Obok

Assunto: Acompanhar Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos autos do Inquérito Civil n. 06.2020.00000248-3.

Bela Vista/MS, 29/05/2023

WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0020/2023/PJ/BVT

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000 Telefone: (67) 3439-1991, Bela Vista/MS.

E ainda no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC nº 09.2023.00005920-1

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Fazenda Santa Helena

Assunto: Acompanhar Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos autos do Inquérito Civil n. 06.2020.00000676-8.

Bela Vista/MS, 29/05/2023

WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR

Promotor de Justiça

BONITO**EDITAL Nº 0029/2023/02PJ/BTO**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que pode ser integralmente acessado via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>:

Inquérito Civil nº 06.2023.00000334-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Waldemar Labs

Assunto: “Apurar o desmatamento de 131,0998 hectares, na Fazenda Montana II e Fazenda Monções, em Bonito/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração nº 011154/2022 e Laudo de Constatação nº 014415/2022.”

Bonito, 10 de maio de 2023.

ALEXANDRE ESTUQUI JÚNIOR

Promotor de Justiça



DEODÁPOLIS

EDITAL N° 0026/2023/PJ/DPS.**Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC N° 09.2023.00005897-9.**

O MINISTÉRIO PÚBLICO, por intermédio da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, torna pública a instauração do(a) Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC n° 09.2023.00005897-9, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua José Barreto, n° 482, Jardim Santo Antonio, sede da Promotoria de Justiça, em Deodápolis/MS.

Os autos estão registrados no sistema informatizado SAJ/MP e podem ser acessados na íntegra pela *Internet*, através do endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Noticiante: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Interessado: Município de Deodápolis.

Objeto: Acompanhar o cumprimento do título executivo judicial constituído nos autos n° 0800206-55.2012.8.12.0032.

Deodápolis/MS, 29 de maio de 2023.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS,
Promotor de Justiça.